

Zélia anuncia outra vitória: não há déficit.

Um clima de franco otimismo volta a tomar conta do governo e foi isso o que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, procurou transmitir ao País ontem, na entrevista que deu a jornalistas das principais redes de TV e alguns empresários convidados. Feitas as contas, depois de um aperto fiscal que a ministra classificou como "inédito" e o mais duro já realizado mundialmente, o governo está prevendo que vai terminar o ano com um superávit de 1,65% do PIB, no conceito fiscal (dinheiro em caixa), e crescimento zero da economia.

Foi-se, assim, o tempo dos crônicos déficits públicos, segundo a ministra. Tanto que, para o próximo ano, o governo também já está trabalhando com um superávit de 3% do PIB em suas contas. Para consolidar este otimismo, e faturar politicamente os números expostos ontem por Zélia, hoje o presidente Fernando Collor volta a falar em rede nacional de rádio e TV. Ele anunciará formalmente o fim do déficit público e uma economia de cerca de US\$ 35 bilhões neste ano, equivalentes ao superávit de 1,65%. A informação é do senador Nei Maranhão, líder do PRN e vice-líder do governo no Senado, após audiência com o presidente da República.

Apesar de reconhecer como "muito válido" o esforço da equipe econômica, o ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, prefere a cautela. Com a experiência de quem enfrentou os enormes déficits do governo Sarney com o modesto objetivo de evitar a sua explosão, Mailson pensa que o segundo semestre poderá trazer números muito diferentes dos obtidos no primeiro semestre (veja matéria nesta página). Além disso, ele lembra os espinhosos problemas na relação das dívidas de Estados e municípios com o governo federal (veja matéria na página).

Aperto no funcionalismo

Na exposição que fez pela TV, Zélia disse que o esforço resultante do vigoroso ajuste fiscal representa uma contenção da ordem de 10,73% do Produto Interno Bruto. Este é um esforço maior do que o da Alemanha em 1925; da Áustria, em 24; da Itália, em 47; da Hungria, em 47; e do México, em 83. Segundo a ministra, se "nós ficássemos apenas na administração da política econômica que vinha sendo seguida, o déficit chegaria a 7,8% do PIB", neste ano.

O ponto básico do ajuste consiste em reduzir drasticamente as despesas. Em segundo lugar, e em menor escala, vem o aumento de receita, que segundo o governo só será mais significativo no próximo ano, quando começarem a ser mais efetivos os resultados das privatizações. O governo pretende conseguir a redução nas despesas impondo um corte de 18% nos gastos com custeio da máquina federal (pessoal e despesas correntes) e uma diminuição de 39%, em termos reais, dos investimentos. Todos estes números estarão consolidados no documento que a equipe econômica enviará na próxima semana ao Congresso Nacional, com a revisão do Orçamento Geral da União de 1990.

Em consequência do corte em suas despesas, o governo não dará reajustes este ano ao funcionalismo federal, segundo anunciou a ministra da Economia. Em relação à versão orçamentária original, as despesas com pessoal e encargos sociais serão reduzidas em



Ricardo Chaves/AE

Zélia sustenta que o ajuste fiscal do governo Collor é o maior já realizado até hoje no mundo

Cr\$ 150 bilhões. Na parte das despesas correntes, de uma estimativa inicial de Cr\$ 810 bilhões, o governo fará este ano uma economia de Cr\$ 146 bilhões. "O corte foi além da gordura, atingiu também a carne", disse o diretor do Departamento de Orçamentos da União, Claudio Forghieri.

Com certeza, um dos setores mais atingidos pelo ajuste fiscal foi o das empresas estatais federais, que terão uma redução de 28% nos investimentos esse ano. Em 89, as estatais aplicaram US\$ 12 bilhões, mas terão, neste ano, apenas US\$ 10,8 bilhões para investir em seus projetos. No orçamento fiscal, que compreende a administração direta e indireta, a redução nos investimentos será de 40% em relação ao orçamento

original, ou cerca de Cr\$ 162 bilhões. Os setores mais atingidos serão os transportes e a agricultura, que não têm recursos vinculados como saúde, educação e previdência social.

Segundo a explicação de Zélia, apesar dos cortes no setor das empresas estatais, seu orçamento ainda vai apresentar déficit neste ano, ainda que menor. "Nós tínhamos antes do plano um potencial de déficit de 1,02%, que passa agora para 0,66% do PIB", disse a ministra. Os grupos mais atingidos serão Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás, responsáveis por mais de 70% dos investimentos.

Redução de dívida

Para chegar a um superávit de 1,22% do PIB pelo conceito operacional (que mede as necessida-

des de investimento do setor público) o governo concentrou esforços para tornar possível o pagamento antecipado do principal da dívida pública interna. Segundo o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo, o estoque da dívida mobiliária, que era de US\$ 150 bilhões em 31 de dezembro de 89, terá uma redução de 25% até 31 de dezembro próximo. "Nós estamos fazendo uma coisa que é absolutamente inusitada, nunca houve antes, nós estamos pré-pagando dívida que venceria em 1991. Isso significa que também para 91 nós estamos com o nosso orçamento, com as nossas contas públicas equilibradas", disse Zélia pela TV.

Como prova da boa saúde

das contas governamentais, a ministra disse que nos nove primeiros dias deste mês ingressaram no caixa do Tesouro Federal Cr\$ 59,8 bilhões, contra uma projeção inicial de Cr\$ 56,3 bilhões, o que configura um resultado 6,21% maior que o previsto. Técnicos da Receita estimam que o valor total da arrecadação de julho deverá ultrapassar com folga os Cr\$ 231,7 bilhões projetados inicialmente, num desempenho que deverá repetir o mês de junho (previa-se Cr\$ 210 bilhões, arrecadou-se Cr\$ 264 bilhões em impostos).

Apesar do início de um período de recessão, os técnicos da Receita explicam que diminuiu o volume de sonegação, em consequência do fim do anonimato fiscal e intensificação da fiscalização. A ministra defende a idéia de que a economia não vive ainda uma recessão, mas uma "reacomodação na economia". "Esse dado de receita acima das estimativas nos leva a crer que não há essa recessão que vem sendo propagada."

Confiante nos números do bom desempenho das contas do governo, Zélia dedicou parte da entrevista ao esclarecimento de sua expectativa diante da inflação e da posição do governo diante da lei salarial. No primeiro caso, esclareceu que não previu uma inflação abaixo de 6% para este mês, mas que ressaltou a tendência de queda dos preços constatada pela Fipe. Quanto ao abono, disse que esta foi uma proposta para a eventualidade de um acordo no Congresso, em troca da não aprovação da lei salarial. Como esta foi aprovada, mudou o quadro. "Quando formos reeditar a Medida 193, a partir das condições que se verificarem na época, nós poderemos ter uma proposta que seja essa ou que seja outra ou que não seja nenhuma. Mas simplesmente eu não queria me adiantar porque essa discussão só vai se dar daqui a duas semanas", disse a ministra.